

Reflexões a partir das pesquisas do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte¹

Raquel Garcia Gonçalves²

O modelo de cidade que vem sendo consolidado a partir das ideias do urbanismo neoliberal tem demonstrado, de uma forma clara e perversa, suas limitações, ao gerar novas contradições, sem conseguir solucionar os problemas reais das grandes cidades.

Ideias e práticas sustentadas pelo discurso da cidade-empresa vêm criando espaços urbanos cada vez mais desiguais, excluindo grande parte da população dos ambientes espetacularizados criados e ampliando a mercantilização dos espaços públicos em geral. Acrescenta-se que, ao permear os diversos campos da vida, o neoliberalismo vem aprofundando a competitividade em seus diversos aspectos – entre indivíduos, entre grupos, entre cidades –, precarizando as condições de trabalho, retirando direitos sociais e produzindo novos totalitarismos e incertezas de toda ordem. Intensificam-se, nesse cenário, os diversos tipos de exploração socioespacial.

Dessa forma, a exploração de classe, longe de se restringir ao local de trabalho (HARVEY, 2014), torna-se evidente nos processos de construção e apropriação das cidades. Os processos de exclusão e desigualdade social são acentuados e os direitos de cidadania são tolhidos, seja pela força bruta, por legislações restritivas ao uso dos espaços públicos, impedimento de manifestações, desapropriações, entre outros. O direito à cidade, assim, cada vez mais, torna-se restrito aos interesses privados. Ou seja, a cidade vem servindo de forma preponderante aos interesses de

¹ O trabalho conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Conta ainda com apoio do CNPQ e da FAPEMIG.

² Professora associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG; coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG – NPGAU/EAUFMG; coordenadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

agentes imobiliários, incorporadoras e grandes empresas e isso vem sendo respaldado pela retirada do Estado dos processos regulatórios.

Como resposta a essas contradições e precariedades, a mobilização social por meio da ação direta vem retomando um espaço relevante na realidade brasileira. Novas formas de participação e manifestação que, embora muitas vezes tolhidas e sufocadas, demonstram que a vitalidades das cidades e de suas ruas continua revelando a antítese dos modelos hegemônicos impostos.

Com a análise dos dados registrados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte³, pode-se observar uma crescente resistência às imposições da ordem neoliberal. Os corpos nas ruas incomodam porque subvertem ao buscarem ou entenderem que uma outra forma de cidade é possível e desejável. Existe um avesso da cidade neoliberal e esse avesso se expressa na solidariedade, na necessidade do encontro, na vontade de ocupar os espaços públicos, na possibilidade da festa e da partilha.

Diante desse quadro e a partir dessas considerações, várias teses e dissertações têm sido desenvolvidas no âmbito do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, dentre as quais:

- A tese de Ana Paola Alves que discutiu o caráter pedagógico de experiências espaciais em espaços públicos de Belo Horizonte. Analisar a vinculação entre educação e cidade implica em considerar os paradoxos que envolvem essa relação: se por um lado, as experiências urbanas podem consistir em práticas que desafiam e questionam a concepção tecnocrática de cidade, por outro lado, as experiências urbanas podem ser práticas que se conformam às regulações disciplinadoras dos modos de vivenciar a cidade. Inspirada pela teoria pedagógica de Paulo Freire (1967), a tese sugere que, enquanto práticas contra hegemônicas, as ações que subvertem os modos impostos

³ O Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte foi criado em 2006, na Escola de Arquitetura da UFMG e registra, sistematiza e produz informações sobre lutas urbanas, movimentos sociais e as múltiplas manifestações de conflituosidade da cidade, em acordo com a metodologia do Observatório Permanente de Conflitos Urbanos, do ETTERN/IPPUR/UFRJ, ao qual se filia. De 2006 a 2022, mais de 1700 conflitos foram registrados pelo Observatório na cidade, demonstrando uma crescente insatisfação e a subversão de uma ordem que se pretende impor.

para vivenciar os espaços públicos da cidade são as que constituem uma educação urbana, ou seja, uma pedagogia que contesta as relações de privilégios, que atua na conformação de sujeitos autônomos e de espaços públicos mais democráticos. Foram analisadas duas realidades urbanas, sendo a primeira, um espaço planejado para o lazer, implantado entre bairros de classe média e alta e uma área de vilas e favelas (Parque Jornalista Eduardo Couri); e a segunda, a práxis social do bloco de carnaval de rua e de favela denominado Seu Vizinho, incluindo os espaços conformados a partir das ações do grupo.

- A dissertação de Carolina Nogueira que se insere na discussão por direito à cidade tratada na retomada da festa carnavalesca em Belo Horizonte, na década de 2010, e de seu viés político de discussão de pautas sócio-espaciais da sociedade urbana contemporânea. Buscou analisar as experiências e vivências do espaço público pela comunidade LGBTQ+. Para isso, a pesquisa abordou o Carnaval de Rua de Belo Horizonte, tratado como espaço transformado da experiência urbana ao subverter as dinâmicas de poder heteronormativas. A pesquisa partiu do entendimento dos embates que marcaram os fins da década de 2000, na e pela cidade de Belo Horizonte, motivados pela insatisfação popular com a gestão municipal. A movimentação popular e urbana que se seguiu foi importante para dinamizar as manifestações sócio-espaciais na cidade pelos anos subsequentes. Carnavalizar, como colocado no título do trabalho, envolve a busca pelo sentimento de pertencimento à cidade, através da apropriação festiva dos espaços públicos como forma de ouvir as diversas vozes relacionadas às causas e lutas pelas quais bradam os coletivos, em forma de blocos de rua. A tratativa dada ao Carnaval de Rua envolveu essa concepção coletiva de enfrentamento às normatividades, motivo pelo qual a festa, transformada em verbo, toma força e importância.
- Ainda abordando a festa, a tese de Izabella Galera que levantou a discussão sobre as práticas de lazer como forma de resistência à produção hegemônica do espaço urbano, a partir da vivência das ocupações urbanas da Izidora, em

Belo Horizonte/MG, desvelando outros elementos inseridos no meio da luta por moradia, apontando para uma luta pelo direito à vida urbana, pelo direito de rir e ser feliz na cidade. A pesquisa ancorou-se em vivenciar e refletir sobre o lazer nas ocupações, observando a produção do espaço por meio das brincadeiras, festas e jogos em territórios que se constituem em meio a um conflito urbano emblemático que desarticulou um projeto milionário que era previsto para a região. Por ser parte essencial da vida, o brincar espontâneo abarca a noção de autonomia, liberdade, subversão, atitude lúdica, culturas populares e tempo-espaço. Ao cruzar essas dimensões entendendo principalmente quem, onde e como elas são praticadas, defende-se o lazer como uma alegre forma de resistência e revolucionária, pelo fato de ser livre, de atuar nos corpos, no imaginário, na subjetividade e na intersubjetividade.

- Karina Machado em sua tese que tratou do espaço público, palco de manifestações coletivas. A tese parte da hipótese de que os conflitos urbanos são mecanismos de subversão à ordem neoliberal e de luta pelo direito à cidade, conferindo vitalidade, valor de uso e sentido público ao espaço urbano. Analisou os conflitos urbanos expressos nos espaços públicos de Belo Horizonte (Praça Sete de Setembro, Praça da Liberdade, Praça da Estação e Avenida Afonso Pena), identificando as ações coletivas de subversão à ordem neoliberal e de luta pelo direito à cidade.
- A tese de Helena D'Agosto que se insere nos debates a respeito das experiências de novas formas de organização, mobilização, reivindicação e reinvenção da política. A pesquisa teve como objetivo investigar as possibilidades de ampliação da participação popular e os ganhos trazidos por uma construção coletiva de políticas, entre movimentos sociais e institucionalidade, relacionados, sobretudo, ao direito à cidade. Essa investigação partiu da análise da experiência da ocupação do espaço político institucional por um mandato legislativo considerado coletivo, aberto e popular em Belo Horizonte, chamado de Gabinetona. A relevância da pesquisa está no fato de que ela tem a oportunidade de sistematizar parte de uma experiência considerada inovadora no poder legislativo de Belo Horizonte,

uma vez que o mandato propõe a abertura de novos canais de participação popular, com o intuito de democratizar os processos decisórios e priorizar as demandas populares.

- A tese de Flora Passos que parte do entendimento de que em uma cidade tombada integra territórios tomados, ora pelos interesses do mercado, refletindo processos de dominação, ora pelos sujeitos e coletividades que se apropriam dos espaços no cotidiano. Reconhecer a relação dialética entre dominação e apropriação nas cidades e territórios foi o objetivo central da pesquisa. A pesquisa ressalta outras formas de dominação, especialmente nas pequenas e médias cidades do estado de Minas Gerais, relacionadas aos grandes empreendimentos da mineração que definem áreas de interesse de exploração, estrategicamente, invisibilizadas. Ao mesmo tempo, práticas sociais de apropriação cotidiana nestes territórios tomados podem ser apreendidas enquanto experiências de troca social e ferramentas de luta por justiça nas cidades. O município de Mariana/MG é apresentado como estudo de caso, uma cidade patrimonializada, explorada pela mineração, tendo se tornado palco de um desastre-crime socioambiental sem precedentes no Brasil e no mundo: o rompimento da barragem de rejeitos de minério denominada Fundão, sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, em 5 de novembro de 2015. A pesquisa mostra um campo de forças assimétrico, onde as empresas responsáveis pelo desastre-crime e pelas rupturas nos modos de vida e vínculos sociais nos territórios, mantêm uma relação de dominação e de contínua violação de direitos, dentre os quais, o direito à apropriação dos territórios atingidos. Dialeticamente, práticas sociais cotidianas podem ser apreendidas enquanto experiências de troca social, conflito e dissenso, bem como instrumentos de luta e resistência. As festas organizadas pelos moradores, ao proporcionarem o encontro dos corpos nos espaços comuns e, portanto, a apropriação, reafirmam o sentimento de pertencimento e o desejo pelo reestabelecimento dos modos de vida destruídos.

- A dissertação de Polyana Coelho que buscou analisar em que medida as lutas institucionais e as experiências contemporâneas de ação coletiva contribuem para o surgimento de projetos contra hegemônicos e iniciativas de auto-organização popular. Apresenta-se o caso de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto/MG, altamente dependente da exploração mineral, chamando a atenção pela carência generalizada em termos de infraestrutura, equipamentos urbanos, comunitários e serviços públicos. Contudo, acompanhando o quadro nacional de mobilizações que se abriu em 2013, o distrito tem sido palco de lutas populares por melhores condições de vida demonstrando um rico despertar de subjetividades, capaz de apresentar elementos importantes no que diz respeito aos desafios da auto-organização popular.

Alguns pontos podem ser destacados a partir das pesquisas produzidas no âmbito do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Observa-se, em tempos recentes, diante da precariedade da vida urbana e do avanço do capital sobre o espaço das cidades e, ao mesmo tempo, diante da tendência crescente de despolitização da sociedade e dos espaços públicos, a importância de se reafirmar e de se rediscutir a ideia de direito à cidade. Destaca-se que a despolitização mencionada relaciona-se diretamente à promoção do Estado mínimo, com a crescente centralidade do mercado e em direção aos interesses do grande capital.

A ideia de despolitização ganha corpo também com as inúmeras tentativas de eliminação de conflitos. Dessa forma, o controle e a repressão de protestos e movimentos sociais se acentuam, caminhando na direção do entendimento neoliberal que coloca a cidadania como sinônimo de não-conflito e de harmonia (OLIVEIRA, 2000).

Operam-se, assim, medidas que desestimulem o uso do espaço público ou que restrinjam o acesso a esses espaços, o que acaba por impulsionar o desaparecimento de um conjunto de formas e funções que favoreceriam o relacionamento social e a vida democrática, contribuindo, assim, para o enfraquecimento da esfera pública, para a deterioração do espaço social e para o esvaziamento de lutas sociopolíticas.

As pesquisas do Observatório ressaltam que os sujeitos coletivos e políticos se constituem a partir dos conflitos e das lutas sociais travadas no espaço público. “Sem conflito, não podem os grupos e classes sociais dominados gerarem identidades, projetos coletivos, práticas coletivas, AÇÃO POLÍTICA” (VAINER, 2007, p. 06). No mesmo sentido, os conflitos também abrem a possibilidade de construção crítica e de conscientização dos cidadãos sobre as relações verticais de poder e dos mecanismos de controle existentes para a manutenção da ordem e do consenso no direcionamento das intervenções nas cidades. Assim, pode-se relacionar diretamente a ideia de conflito à construção da cidadania. “Cidadania é conflito” (OLIVEIRA, 2000, p.9).

Entretanto, o entendimento de que a construção da cidadania está vinculada ao conflito vem sendo paulatinamente sufocado pelas ideias que propagam o conflito como algo negativo e que, por isso, deve ser banido a qualquer custo.

De forma paradoxal, contudo, as pesquisas do Observatório demonstram que a resposta às tentativas de eliminar o conflito, de impedir o uso livre dos espaços públicos das cidades, ocorre justamente através de mais conflitos expressos por meio das manifestações coletivas, demonstrando a subversão de uma ordem que se pretende impor.

Assim, os conflitos e as manifestações coletivas ajudam a entender que a participação no processo de pensar e fazer a cidade não se apresenta apenas como uma das ideias de direito à cidade, mas deve ser entendida como a sua essência. Sem o direito de participação real nas decisões, não há direito à cidade. E é nesse sentido que as práticas socioespaciais expressas na ação direta de cidadãos lúcidos e conscientes podem servir à emancipação, conduzindo a uma perspectiva de transformação da realidade urbana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paola da Silva. Paradoxos em torno da educação urbana: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte. Tese de doutorado. 2021.

COELHO, Polyana Pereira. O germe da insurreição para além da metrópole: narrativas da participação e da luta popular em Antônio Pereira, Ouro Preto – MG. Dissertação de mestrado. 2017.

FONSECA, Helena D'Agosto Miguel. Ocupar as ruas e as instituições: a participação popular, a ocupação dos espaços institucionais e o direito à cidade. Tese de doutorado. 2020.

GALERA, Izabella. Sobre outras revoluções possíveis: o lazer e a festa como forma de resistência nas ocupações urbanas da Izidora. Tese de doutorado. 2019.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **O que é formação para a cidadania?** Entrevista por Silvio CacciaBava. 2000.

NOGUEIRA, Carolina Rodrigues Chaves. Diversidade carnalizada: experiência e luta LGBTQ+ na e pela cidade. Dissertação de mestrado. 2021.

PASSOS, Flora D'El Rei Lopes. Cidade tombada, territórios tomados: sobre-vivências e r-existências a partir do rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Tese de doutorado. 2019.

SIMÃO, Karina Machado de Castro. Espaço público como palco das manifestações coletivas e da vitalidade urbana: subversão à ordem, luta pelo direito à cidade e expressão dos conflitos urbanos. Tese de doutorado. 2020.

VAINER, Carlos. Palestra do Prof. Titular Carlos Vainer no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Promovido pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades. Organizado pelo GT Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007.